

ARTIGO | *PAPER*

## **INTERCAMBIO CULTURAL NA AMAZÔNIA COLONIAL: POSSÍVEL OU PROVÁVEL CONVIVÊNCIA ENTRE INDÍGENAS E AFRICANOS NAS SENZALAS DO ENGENHO DO MURUTUCU?**

Diogo Menezes Costa<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Antropologia e Programa de Pós-graduação em Ciências do Patrimônio Cultural, email: [dmcosta@ufpa.br](mailto:dmcosta@ufpa.br) orcid: 0000-0003-4220-8232

## RESUMO

A exploração do açúcar na Amazônia remonta às primeiras ocupações europeias na região desde o século XVIII, especialmente no entorno de Belém. O sítio arqueológico Engenho do Murutucu é um exemplo desse contexto histórico, com mais de 300 anos de ocupação. Onde foram realizadas escavações arqueológicas em locais de moradia e trabalho relacionados a grupos escravizados, incluindo uma senzala identificada no sítio. O texto analisa diferenças tecnológicas entre cerâmicas encontradas em áreas distintas do sítio, que poderiam indicar a presença de dois grupos escravizados. Também, são apresentados artefatos como cachimbos que teriam decorações associadas a grupos étnicos africanos específicos. Enquanto, os artefatos em vidro são associados ao domínio técnico e aproveitamento máximo da matéria-prima pelos grupos subalternizados. Por fim é ressaltada a importância do estudo das interações e fronteiras étnicas entre indígenas e africanos nas senzalas da Amazônia colonial. E porque as análises dos vestígios arqueológicos são indicadas como fundamentais para desvelar essas dinâmicas históricas.

## PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia, Senzala, Materialidade, Amazônia, Escravidão.

---

## ABSTRACT

The exploration of sugar production in the Amazon dates to the early European settlements in the region in the 18th century, particularly in the vicinity of Belém. The archaeological site of Engenho do Murutucu is an example of this historical context, with over 300 years of occupation. Archaeological excavations were conducted at residential and work sites associated with enslaved groups, including the identification of a slave quarters (“senzala”) within the site. The text analyzes technological differences among ceramics found in different areas of the site, which could suggest the presence of two distinct enslaved groups. Additionally, it presents artifacts such as pipes decorated in styles associated with specific African ethnic groups. Meanwhile, glass artifacts are linked to technical expertise and the maximum utilization of raw materials by marginalized groups. Lastly, the text emphasizes the importance of studying ethnic interactions and boundaries between indigenous and African populations within the colonial Amazonian slave quarters. It also underscores why the analysis of archaeological remains is considered crucial in unveiling these historical dynamics.

## KEYWORDS

Archaeology, Slave quarters, Materiality, Amazon, Slavery.

## **RÉSUMÉ**

L'exploitation de la production de sucre en Amazonie remonte aux premières implantations européennes dans la région au XVIIIe siècle, en particulier aux alentours de Belém. Le site archéologique d'Engenho do Murutucu en est un exemple, avec plus de 300 ans d'occupation. Des fouilles archéologiques ont été menées sur des sites résidentiels et de travail associés à des groupes d'esclaves, notamment l'identification d'une « senzala » (quartier des esclaves) sur le site. Le texte analyse les différences technologiques entre les céramiques découvertes dans différentes parties du site, ce qui pourrait suggérer la présence de deux groupes d'esclaves distincts. De plus, il présente des artefacts tels que des pipes décorées dans des styles associés à des groupes ethniques africains spécifiques. En revanche, les artefacts en verre sont liés à l'expertise technique et à l'utilisation maximale des matières premières par des groupes marginalisés. Enfin, le texte souligne l'importance de l'étude des interactions ethniques et des frontières entre les populations autochtones et africaines au sein des quartiers d'esclaves amazoniens coloniaux. Il met également en avant pourquoi l'analyse des vestiges archéologiques est considérée comme cruciale pour dévoiler ces dynamiques historiques.

## **MOTS CLÉS**

Archéologie, Case d'esclaves, Matérialité, Amazonie, Esclavage.

## **COMO CITAR ESTE ARTIGO**

COSTA, Diogo Menezes. Intercambio Cultural na Amazônia Colonial: Possível ou Provável Convivência entre Indígenas e Africanos nas Senzalas do Engenho do Murutucu? Cadernos do Lepaarq, v. XX, n.40, p.277-304, Jul-Dez. 2023.

## INTRODUÇÃO

A história da ocupação e exploração da Amazônia durante o período colonial está intrinsecamente ligada ao trabalho compulsório de populações indígenas e, posteriormente, também africanas trazidas como escravizadas. Nesse contexto, as senzalas se estabeleceram como espaços que abrigavam esses dois grupos étnicos distintos, submetidos às mesmas condições de escravidão. A escravização de indígenas na Amazônia começou já com as primeiras expedições e se intensificou durante todo o período colonial. No entanto, a presença de africanos cativos na região só se tornou significativa a partir do final do século XVII e início do XVIII<sup>1</sup>. Essa mudança se deveu principalmente à ação direta dos padres jesuítas, que passaram a incentivar e custear a compra de escravizados africanos para trabalhar nos engenhos e fazendas da Companhia de Jesus na Amazônia.

O objetivo era diminuir a dependência da mão de obra indígena, drasticamente reduzida pelas doenças e conquistas. Os jesuítas acreditavam que os africanos, considerados mais resistentes, poderiam substituir os indígenas sem que o sistema produtivo entrasse em colapso. Assim, os missionários foram os principais responsáveis por trazer os primeiros contingentes significativos de homens e mulheres sequestrados da África para a região amazônica. Estratégia que teve impactos profundos, já que modificou a composição étnica das senzalas e impulsionou as interações culturais entre esses dois grupos cativos. Portanto, a introdução dos africanos na Amazônia colonial esteve diretamente relacionada aos interesses econômicos e políticos da Companhia de Jesus. A arqueologia ajuda a elucidar as consequências materiais dessa estratégia jesuítica para a história e a cultura da região.

A convivência e as interações entre indígenas e africanos nesses locais específicos são temas ainda pouco explorados pela historiografia tradicional da região. No entanto, trata-se de uma questão fundamental para compreender as dinâmicas sociais, a formação de identidades e as estratégias de resistência desenvolvidas por esses povos durante o período colonial na Amazônia. As pesquisas arqueológicas têm um grande potencial para revelar novos conhecimentos sobre essas relações interétnicas nas senzalas, por meio da análise dos vestígios materiais associados aos grupos cativos. A cultura material, incluindo itens como utensílios, adornos, preparações alimentares, entre outros, pode fornecer pistas valiosas sobre trocas culturais, influências mútuas, estratégias de sobrevivência e formas de resistência.

---

1 As rotas do tráfico de escravos que ligaram o continente africano ao Brasil foram principalmente as da Guiné, Mina, Angola e Moçambique<sup>1</sup>. Na Amazônia, a entrada de escravos negros remonta ao século XVII, mas foi a Companhia de Comércio e Navegação do Grão Pará e Maranhão que iniciou a introdução maciça deles, pela liberação do trabalho indígena, com a extinção das missões religiosas<sup>2</sup>. Os escravos entraram quase que exclusivamente pelo porto de Belém, salvo os fugitivos das fazendas e plantações do Maranhão<sup>2</sup>. Eles eram oriundos principalmente de duas regiões da África: Guiné Portuguesa e Angola<sup>2</sup>. Esses escravos se espalharam por toda a Amazônia, em sua fuga para as zonas despovoadas, formando numerosos quilombos, ou se mesclaram com as populações indígenas<sup>2</sup>.

(1) Rotas da escravidão - Só História. <https://www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/p5.php>.

(2) A escravidão na Amazônia - Francisco Gomes da Silva. <https://franciscogomesdasilva.com.br/a-escravidao-na-amazonia/>.

(3) Rotas da escravidão - Geledés. <https://www.geledes.org.br/rotas-da-escravidao/>.

(4) Tráfico Negreiro: origem, prática e fim do comércio - Toda Matéria. <https://www.todamateria.com.br/trafico-negreiro/>. Origem: conversa com o Bing, 16/09/2023.

O presente trabalho busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna historiográfica, ao propor uma discussão sobre as possíveis interações entre indígenas e africanos cativos em senzalas de engenhos na região amazônica. Através da articulação entre evidências arqueológicas e registros documentais, pretende-se lançar luz sobre essa complexa teia de contatos interétnicos e suas consequências socioculturais. Os sítios arqueológicos de engenhos coloniais, como o Engenho do Murutucu analisado aqui, são locais privilegiados para investigar essas problemáticas. Acredita-se que as senzalas desses engenhos abrigavam tanto indígenas quanto africanos, submetidos às mesmas duras condições de trabalho compulsório, o que potencializava as interações no cotidiano, possivelmente e provavelmente através da cultura material.

Um exemplo são os cachimbos decorados exumados no Engenho do Murutucu, que podem representar a perpetuação de símbolos e concepções de mundo africanos dentro da realidade opressora das senzalas. Da mesma forma, a manutenção de técnicas cerâmicas indígenas também denotaria a preservação de elementos identitários deste grupo. Outra estratégia de resistência foi o desenvolvimento de formas de invisibilização e isolamento, como o uso de fogueiras e fumaça no interior das senzalas para repelir olhares exteriores. Portanto, o presente artigo busca elucidar que tipo de trocas culturais poderiam ocorrer nesses espaços de convivência interétnica forçada, bem como discutir possíveis marcadores materiais dessas influências recíprocas. Pretende-se, assim, ampliar a compreensão sobre um capítulo essencial e ainda pouco conhecido da história colonial amazônica.

## **ARQUEOLOGIA DAS SENZALAS NA AMAZÔNIA COLONIAL**

A exploração do açúcar na região amazônica remonta as primeiras ocupações europeias na área, que no século XVIII vão ganhar mais importância principalmente no entorno de Belém. O sítio arqueológico Engenho do Murutucu é um ótimo exemplo disso, como conjunto de remanescentes materiais que propicia um estudo de longo prazo das transformações ocorridas em toda a sociedade amazônica durante período colonial e pós. Com mais de trezentos anos de ocupação, o engenho foi palco de vivência dos mais diferentes grupos sociais, étnicos, de gênero e geração, como: padres, senhores e senhoras de engenho, indígenas e africanos escravizados, personalidades históricas, militares e grupos revoltosos cabanos. O projeto iniciado em 2013 visou estabelecer no local um programa de investigação acadêmica em arqueologia histórica, onde através da pesquisa dos remanescentes materiais, fosse possível o estudo dos espaços e vestígios de vivência dos diferentes grupos que compunham o cotidiano do engenho, entre eles os escravizados. Para isso, foram realizadas pesquisas arqueológicas históricas nos locais de moradia e trabalho relacionados a estes diferentes grupos, assim como o estudo dos remanescentes da cultura material relacionados direta ou indiretamente as suas ações em uma senzala identificada no sítio.

As senzalas constituíam uma parte essencial dos engenhos e fazendas na Amazônia colonial, funcionando como espaços de confinamento e vigilância da mão de obra cativa. Eram compostas por pequenas habitações precárias, normalmente superlotadas e insalubres. Nas grandes

propriedades, as senzalas costumavam ser separadas da casa do senhor, demonstrando a segregação social imposta pelo sistema escravista. Em alguns casos, havia inclusive senzalas distintas para indígenas e africanos, reforçando a divisão étnica. A organização interna das senzalas variava, podendo ter fileiras de casas geminadas, disposição ao redor de um pátio central, de forma espalhada pela propriedade, ou como no Murutucu o formato de “pavilhão”. Independente do arranjo espacial, tratava-se sempre de moradias muito simples feitas de materiais precários como barro, madeira e palha.

Nas senzalas conviviam homens e mulheres, crianças, idosos e pessoas de diferentes origens étnicas. As condições de vida eram bastante penosas devido à falta de higiene, alimentação deficiente, punições físicas constantes e trabalho extenuante. Mesmo diante de tantas privações e maus tratos, as senzalas também eram locais onde os cativos construía relações, desenvolviam práticas culturais, compartilhavam conhecimentos e criavam estratégias de sobrevivência e resistência. A convivência interétnica nesses espaços possibilitava intercâmbios e influências mútuas entre indígenas e africanos. Portanto, as senzalas representavam ambiente de opressão e violência, mas também de sobrevivência, interações sociais e possíveis trocas culturais entre os grupos cativos na Amazônia colonial. Seu estudo é essencial para desvendar esse capítulo da história regional.



Figura 1 - Sobreposição da fotografia histórica impressa em uma transparência para a fotografia da área correspondente e atual no sítio (Foto: Iberê Martins, 2014)

A imagem mostrada na (figura 1) é uma fotografia antiga do engenho do Murutucu sobreposta a terreno atual, feita por Felipe Augusto Fidanza, um fotógrafo italiano que esteve em Belém em torno de 1870. A fotografia faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil e foi digitalizada pela Brasileira Fotográfica Digital, um projeto que reúne imagens históricas do país. O foco da imagem é a senzala do Engenho do Murutucu que possuía aproximadamente 8m x 27m sendo o prédio a esquerda, em comparação com a capela ao seu lado de 7m x 14m e a casa grande com 17m x 30m ambas no centro da montagem, e o engenho de cana-de-açúcar com 40m x 60m, o prédio mais à direita.

Na imagem histórica, é possível ver as seguintes estruturas e elementos. O edifício principal do engenho, que era onde ficavam os equipamentos para moer a cana, cozinhar o caldo e cristalizar o açúcar. O edifício tem um telhado de duas águas e várias janelas. A chaminé do engenho, que era usada para liberar a fumaça da queima da lenha ou do bagaço da cana, que eram os combustíveis usados para aquecer os tachos e as fornalhas. A chaminé tem uma forma cilíndrica e é mais alta que o edifício principal. A casa-grande do engenho, que era a residência do senhor de engenho e sua família. A casa-grande tem um estilo colonial, com um alpendre na frente e um telhado de quatro águas. A casa-grande está localizada à direita do engenho, e um pouco afastada.

A senzala do engenho, que era o alojamento dos escravos que trabalhavam no cultivo e no processamento da cana. A senzala tem um aspecto precário, com um telhado de palha e paredes de taipa. A senzala está localizada à esquerda do engenho, mais próxima. O terreno do engenho, que era onde se plantava a cana-de-açúcar e se armazenava a lenha ou o bagaço. O terreno tem uma vegetação baixa e seca, com alguns coqueiros e palmeiras. O terreno está cercado por uma cerca de madeira. O céu do engenho, que mostra o clima da região, e tem algumas nuvens brancas e cinzentas, indicando um dia nublado ou chuvoso. O céu contrasta com o tom escuro da fotografia. Além das estruturas, também é possível ver alguns animais, objetos e pessoas na imagem.

Um cavalo branco, que está amarrado a uma estaca no terreno do engenho. O cavalo pode ter sido usado para transportar a cana ou as pessoas pelo engenho. Uma carroça de madeira, que está estacionada ao lado do edifício principal do engenho. A carroça pode ter sido usada para levar o açúcar ou a aguardente para o mercado ou para outros lugares. Um barril de madeira, que está apoiado na parede do edifício principal do engenho. O barril poderia conter água ou aguardente produzida pelo engenho. Um grupo de pessoas, que estão em frente ao edifício principal do engenho. As pessoas podem ser o senhor de engenho, sua família, seus empregados ou seus visitantes. As pessoas estão vestidas com roupas típicas da época, como chapéus, casacos e vestidos.

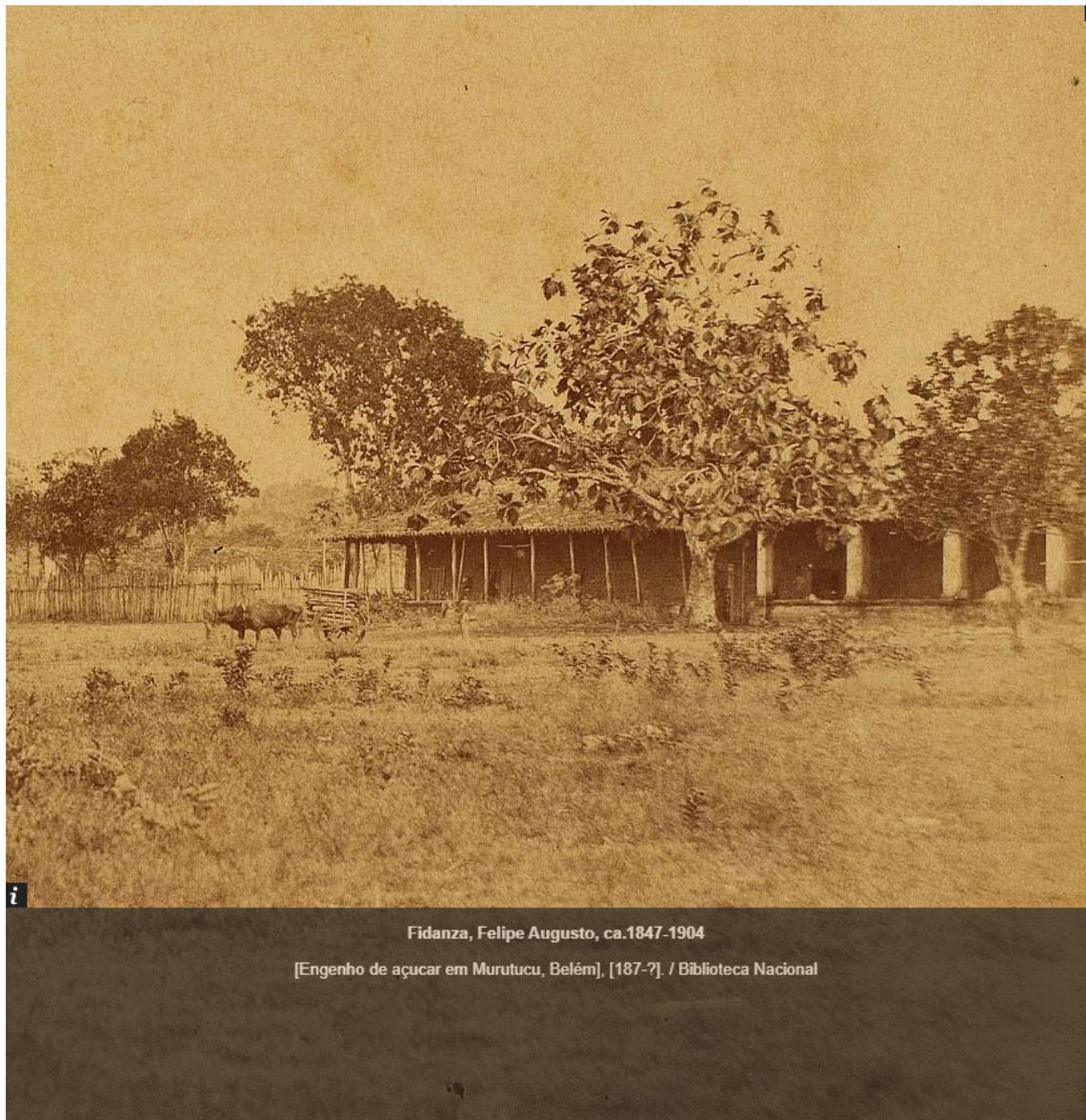


Figura 2 - Detalhe da mesma fotografia antiga, agora mostrando em realce um prédio que poderia ter sido a senzala do engenho e onde foram feitas as escavações em 2014, (BN, 2023).

A senzala do Engenho do Murutucu muito provavelmente consistia em uma edificação retangular de paredes de taipa de pilão e telhado de telhas cerâmicas. Ela ficava localizada a leste da casa grande e da capela, conforme indicam os vestígios arqueológicos e a sobreposição de imagem histórica no local. O interior da senzala era dividido em pequenos cômodos, provavelmente dois corredores laterais com quartos geminados ao centro, seguindo o padrão arquitetônico das senzalas amazônicas coloniais. O piso era de tijolos cerâmicos assentados sobre um contrapiso de pedras, conforme evidenciado nas escavações.

Dentro dos minúsculos cubículos viviam famílias de indígenas e africanos escravizados pelo engenho. Os cativos conviviam em condições insalubres, superlotados, dormindo em redes ou esteiras no chão de terra batida. Para se proteger do calor, faziam fogueiras no terreiro em frente à senzala. Próximo da entrada devia haver um oratório com imagens católicas. Os indíge-

nas e africanos, apesar de convertidos, mantinham crenças e ritos próprios, como os representados em cachimbos e cerâmicas com símbolos de suas culturas. As refeições eram preparadas em panelas de barro e consumidas em pratos e canecas de cerâmica ou vítreas, compradas ou doadas pela senhoria.

Durante o dia, os cativos trabalhavam na lavoura ou no funcionamento do engenho. À noite, retornavam à senzala, onde teciam cestos, trançavam cordas e confeccionavam seus próprios utensílios, como parafernália de cerâmica e vidro lascado. Aos domingos e dias santos, tinha permitida a venda desses objetos feitos pelos escravizados. Portanto, apesar das péssimas condições, a senzala era um espaço de sociabilidades, onde indígenas e africanos criavam formas de resistência, preservando suas culturas ou reinventando novas identidades híbridas afro-indígenas, essenciais para a sobrevivência física e cultural naquele ambiente de cativeiro e opressão.

Dentro da estrutura identificada como possível senzala (figura 2) foram abertas sete quadrículas de escavação (Quadras 11 a 18). O procedimento consistiu na decapagem manual controlada a cada 10cm de profundidade. Já a partir de 5cm de profundidade começaram a ser evidenciados vestígios arqueológicos, com aumento expressivo entre 10 e 30cm. Foram recuperados fragmentos de louça, vidro, metal, lítico, cerâmica utilitária e construtiva. Entre 30 e 40cm foi identificado um piso de tijolos cerâmicos assentados sobre contrapiso pétreo. A análise das paredes das trincheiras escavadas permitiu identificar três camadas estratigráficas distintas. A primeira, mais superficial, com pouco material. A segunda, entre 10 e 30cm, onde se concentrava o grosso do pacote arqueológico. E a terceira, abaixo do piso, praticamente estéril.

Fora da estrutura, na área aberta a leste, foram abertas mais três quadrículas (21 a 24). Os 10cm iniciais apresentaram poucos vestígios. Entre 20 e 30cm de profundidade houve aumento de fragmentos de louça, vidro, metal e material construtivo. Após 30cm ocorreu concentração de lítico, cerâmica e uma estrutura de combustão com base aos 55cm. Na área da lixeira, as seis quadrículas abertas (Quadras 31 a 36) revelaram ausência de material nos 15cm superficiais. Entre 20 e 30cm ocorreu grande concentração de fragmentos de telha, louça, vidro e metal. Entre 25 e 30 cm foi evidenciada estrutura de deposição com material construtivo e pedras. O sedimento retirado foi peneirado, com os materiais classificados, catalogados e encaminhados para análise em laboratório. Ao final, as áreas foram novamente aterradas para preservação. Portanto, as escavações permitiram recuperar e contextualizar importante e diversificado acervo arqueológico do sítio.

O trabalho de análise dos vestígios arqueológicos recuperados na senzala escavada do Engenho do Murutucu desenvolveu-se no Laboratório de Arqueologia Denise Pahl Schaan – LADS da UFPA. Estes estudos foram realizados segundo metodologia própria para cada categoria material, mas seguindo os preceitos gerais de limpeza, numeração e reconstituição dos objetos, e depois a categorização e estudo dos artefatos.

Da campanha de julho de 2014, que recuperou material do interior e exterior da senzala e de uma lixeira do sítio, foram analisados 993 fragmentos de louças. Quanto à Faiança Simples em todas as áreas investigadas podemos identificar que a ocorrência mais antiga foi na área da

lixreira com a data média de 1608, seguida de 1610 para a área do interior da senzala e 1618 para a área do exterior da senzala, resultando em uma data média de 1612. Aqui devemos destacar também que os estilos e motivos decorativos das louças em Faiança Simples, ou seja, o Branco e Azul e em Espiral, foram os mesmo em todas as áreas exumadas.

Por outro lado, as louças em Faiança Fina apresentaram uma data média de 1842 para a área do interior da senzala, seguida por 1843 para a área do exterior e de 1850 para a área da lixeira, o que determina uma data média geral para a louça em Faiança Fina de 1845. Outro elemento de inflexão é a ocorrência das louças decoradas em Faiança Fina com motivo Floral por todas as áreas, assim como a especificidade de ocorrência do motivo Chinoiseire somente na área do exterior da senzala e do motivo Faixa e Friso somente na área da lixeira. Isso parece indicar dois períodos distintos de formação da amostra, um relacionado ao início do século XVII e outro a meados do século XIX.

Foram também analisados 1031 fragmentos de vidro, que apresentaram uma grande concentração de fragmentos de corpos de garrafas cilíndricas verde oliva, provavelmente para o consumo de bebidas alcoólicas fermentadas como o vinho. Estas garrafas foram em sua maioria confeccionadas em molde, com a técnica torneada e finalizadas com o auxílio de um casulo para confecção do lábio pelo ferro de mariscar. Os tipos de fechamento das garrafas de vinho foram em sua maioria a rolha, apresentando algumas gravações no corpo e na base da peça e marcas de desgaste ou uso. Quanto à datação da amostra, foi atribuída à área do exterior a senzala a data média de 1769, na área da lixeira a data média de 1777 e na área do interior da senzala a data média de 1790. Desta forma, podemos estabelecer a data média geral de 1778 para a amostra em vidro exumada.

Foram ainda analisados 155 objetos de metal, sendo que todos os objetos foram categorizados segundo o tipo e a confecção, depois separados em categorias funcionais de construção, trabalho, casa, vestimenta e ornamentos, transporte, numismática, armaria, classificados em fragmentos e identificadas suas marcas e coberturas. Estes dados não são aqui apresentados em detalhes, mas sim as reflexões e proposições sobre o tema. Quanto à datação da amostra, podemos observar que na área do interior da senzala a data média dos artefatos em metal foi 1776, na área externa a senzala foi de 1711 e na área da lixeira de 1752, resultando em uma data média final de 1746, para os objetos de metal provenientes do Engenho do Murutucu.

A cerâmica construtiva também foi separada em duas categorias os tijolos e as telhas. Os tijolos apresentaram pouca quantidade de remontagens sendo localizada a sua totalidade na área do interior da senzala, entre os níveis 02 e 03. Já as telhas apresentaram uma quantidade maior de remontagens, sendo na área do interior da senzala entre os níveis 02 e 03, na área do exterior da senzala entre os níveis 02, 03 e 04, e na área da lixeira somente no nível 03. Estas remontagens possivelmente indicam o grau de preservação do sítio, sendo que, quanto maior o número de remontagens provavelmente menor é o número de perturbações, que no caso da senzala foram nos níveis inferiores em todas as áreas pesquisadas. O material lítico primeiro passou por uma triagem que identificou 96 objetos com possíveis marcas de lascamento. Estes objetos foram

analisados de forma mais detalhada, mas seus dados também não constam neste trabalho.

Portanto e em síntese, nas louças estudadas podemos observar uma maior quantidade de garrafas em grés e peças únicas para consumo de alimentos sólidos, e que apresentam o período de maior intensidade no uso em torno de 1612 a 1845, com um pico no uso em torno de 1728. Já os artefatos em vidro apresentam em sua maioria garrafas de vinho, com pico de uso em 1778. Enquanto os metais recuperados apresentaram em sua maioria cravos de ferro com o pico de uso em torno de 1746. Juntando estas três datas médias para os artefatos históricos exumados do interior e exterior da senzala e da lixeira, podemos então definir a data de 1750 como o período de maior intensidade de descarte de material para esta parte do sítio arqueológico histórico Engenho do Murutucu.

Todavia, é interessante notar que a data de 1750 para o período de maior ocupação desta parte do sítio coincide exatamente com o período de maior entrada de africanos na Amazônia, segundo a documentação histórica. E que a grande presença de garrafas de aguardente em grés e de artigos desconjuntados em faiança simples e faiança fina podem corresponder a este universo do trabalho escravo. Por outro lado, a grande presença de garrafas de vinho em vidro pode também ser explicada pela reutilização do vasilhame como contentor de bebida alcoólica de cana, uma vez que a tafia<sup>2</sup> e mais tarde a cachaça, era a bebida preferida em transações comerciais com os grupos nativos na América e África. Assim como a grande presença de cravos em ferro, que apesar de sua presença óbvia como artefato de fixação em construções, também pode estar associado à fabricação de ferramentas em vidro por estes grupos, como indicam algumas experimentações.

Ainda conforme evidenciado em campo, o pacote arqueológico da área 01 ou interior da senzala (quadras 11 a 18) se concentrava entre 10 e 30cm de profundidade, com aumento expressivo de vestígios entre 20 e 30cm. Foi possível distinguir três camadas estratigráficas, sendo a intermediária a mais rica em materiais. Esses dados corroboram com a análise do material, que apresentou uma datação de uso intensivo da área 01 ou interior da senzala entre os séculos XVII e XVIII, com pico em torno de 1750, conforme sugerem as datações médias obtidas para louças (1610 a 1841), metais (1776) e vidros (1790). A predominância de pratos, xícaras e garrafas entre as louças, assim como de cravos entre os metais, condiz com a função doméstica e de moradia atribuída ao espaço, parte de uma senzala. Os cachimbos recuperados remetem à presença indígena e africana. A grande quantidade de cerâmica utilitária, concentrada principalmente entre 20 e 30cm, também é coerente com as atividades cotidianas realizadas na senzala. Os tijolos e contrapiso evidenciados configuram elementos construtivos da edificação. Portanto, os materiais recuperados em campo associados aos resultados laboratoriais sugerem que a área 01 seja parte de uma unidade habitacional precária, provavelmente uma senzala, intensamente ocupada no século XVIII por indígenas e possivelmente africanos escravizados no Engenho do Murutucu.

Já conforme evidenciado em campo, as quadrículas 21 a 24 da área 02 ou seja a parte

---

2 Tafia é um destilado também feito do caldo da cana, mas que pode chegar a gradações altíssimas de álcool, como em torno de 70%, muito consumido nas Guianas e Antilhas.

externa da senzala, localizada a leste da estrutura, apresentaram poucos vestígios nos 10cm superficiais, com aumento entre 20 e 30cm de profundidade. A análise das louças apontou uma datação de uso entre os séculos XVII e XIX, com pico por volta de 1730. Já os metais sugerem uma ocupação em torno de 1711 e os vidros de 1769. A predominância de garrafas e malgas entre as louças sugere que esta era uma área de consumo de bebidas e alimentos pastosos, mais do que sólidos. A estrutura de combustão identificada também pode estar relacionada ao preparo de alimentos e bebidas. Após 30cm houve concentração de material lítico e cerâmico, além da estrutura de combustão, cuja base foi alcançada aos 55cm. Isso pode indicar uma área de descarte, associada às atividades domésticas realizadas na senzala adjacente. Portanto, os vestígios da área 02 parecem remeter a espaços externos de apoio à ocupação da senzala, possivelmente relacionados ao preparo e consumo de alimentos pelos grupos cativos do engenho durante o auge do sítio no século XVIII.

Desta forma, partindo do contexto arqueológico destes achados acima, podemos inferir a sua utilização por grupos escravizados. Contudo, o inverso ainda está em construção, uma vez que não é claro como podemos através da cultura material “massificada” estabelecer uma identidade étnica. Entretanto, no Engenho do Murutucu, foram encontrados também alguns vestígios materiais que podem ser sim associados com a identidade de populações escravizadas. Retirados de contextos de deposição e associados com a presença de indígenas e africanos escravizados, como fragmentos de cerâmica doméstica, vidros lascados e cachimbos de cerâmica, que podem guardar através da sua materialidade a memória destes povos. Portanto, o que vamos apresentar aqui, são meros ensaios iniciais ainda do potencial investigativo destes vestígios arqueológicos.

## **RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA CULTURA MATERIAL?**

Após o início de uma arqueologia científica, a questão da etnicidade nos vestígios arqueológicos passou a ser debatida dentro da corrente histórico-culturalista, que trazia pressupostos como a relação direta entre cultura material e grupos étnicos específicos. Começando com os trabalhos de Gustav Kossina no final do século XIX, o qual perseguia a relação histórica direta entre um determinado registro material e um grupo vivo específico, chegando a definir áreas culturais, onde a continuidade cultural significava continuidade étnica. Seguindo Kossina, Gordon Childe sem o viés tão nacionalista ou racista, estabelece que cada cultura pode ser caracterizada por um conjunto específico de vestígios no registro arqueológico, vindo a configurar o que mais tarde vai ser nomeado de “cultura arqueológica”. Em meados do século XX, novas posturas sobre a etnicidade na arqueologia começam a surgir, baseada em um positivismo científico com ênfase em relações socioeconômicas e a teoria dos sistemas.

Com isso a abordagem histórico-culturalista deixa de ter primazia. Um dos exemplos desta mudança paradigmática é o debate entre Bordes e Binford sobre os diferentes estilos na indústria lítica Musteriense, onde o primeiro acredita que os estilos são referentes a populações distintas, enquanto para o segundo o estilo é da mesma população, mas com funções específicas.

Entretanto, posturas mais avançadas no entendimento do comportamento humano já eram tidas no próprio berço do processualismo, como quando David Clarke define a cultura como algo “politécnico” (LUCY, 2005).

O estudo da etnicidade ainda segue um longo caminho na arqueologia, sendo a sua maior definição o conceito de fronteira, que pode estar ou não culturalmente materializada. Entretanto, a diferenciação étnica pode também ter uma origem política ou econômica, sendo até mesmo uma ação individual e variável. Na arqueologia histórica, o estudo da etnicidade vem sendo realizado a partir de três vertentes: como estudos de assimilação, como estudos de contribuição, e como estudos de identificação. O que todos estes estudos têm em comum, é a tentativa de combinar uma determinada assinatura arqueológica a um determinado grupo étnico. Como marcadores identitários são então elencados elementos físicos, como restos alimentares, cerâmicas e arquiteturas; porém estes vestígios materiais também distinguem status, religiões e ideologias, e sua definição enquanto marcador identitário, seja étnico ou racial, sem a corroboração de outras fontes, é uma tarefa muito difícil (MCGUIRE, 1982).

Por outro lado, devemos ter cuidado também ao conectar diretamente um determinado grupo historicamente descrito, com certos vestígios arqueológicos, em qualquer época ou lugar. Pois, a primeira falácia encontrada na simples e pura transposição dos elementos identitários de um determinado grupo registrado em fontes documentais, para uma realidade física dos vestígios arqueológicos, é a equivalência de fontes. Desta forma, não podemos cair em redundâncias que enxergam na fonte escrita a identidade étnica como uma manifestação própria do grupo, como quase sua própria mentalidade transcrita; ou de outra forma, tratar a cultura material somente como sua mera ilustração, ou como um simples marcador espacial, temporal e funcional. Perpetuando este pensamento, encontra-se uma ditadura da permanência homogênea para a etnicidade materializada, onde qualquer elemento contrário, ou é intrusivo ou é uma corruptela, tentando normatizar o que é fluido e espontâneo. Da mesma forma, também devemos questionar a validade das próprias fontes históricas, uma vez que não só a sua produção está intimamente vinculada com quem produziu e para quem foi produzido, mas também, por quem a está interpretando, seja contemporâneo ou não. Desta forma, não é possível encontrar a mesma espécie de representação de identidade étnica em um registro arqueológico, como fazemos nas fontes históricas, ou vice-versa, pois a subjetividade perpassa tanto o texto escrito quanto o vestígio arqueológico, desde a sua construção até o seu estudo (JONES, 2005).

Portanto, devemos entender que a identidade étnica é uma autodefinição de um grupo, e que ocorre frente a outros grupos, através de diferentes relações culturais que variam conforme o contexto. Desta forma, a cultura material pode ser constantemente transformada, e [re]apropriada como marcador étnico para cada função, e em um determinado espaço e/ou tempo. No entanto, conforme Jones (2005) ao empregarmos o conceito de *habitus*, assim como definido por Bourdieu (2011), na interpretação das manifestações materiais da identidade, podemos observar estas disposições que se formam e são formadas no conjunto das práticas e experiências culturais, devido à dinâmica contextual da etnicidade. Deste modo, ainda conforme a autora, a etni-

cidade pode estar representada nos vestígios arqueológicos através de uma complexa rede de fronteiras materiais constituídas por diferenças e semelhanças no fazer cotidiano do grupo. Contudo, é interessante notar que as fontes arqueológicas podem também confirmar, complementar ou contradizer as fontes documentais históricas. Em contrapartida, a realidade material é a única capaz de demonstrar a práxis etnográfica, que antes ficava presa somente ao discurso literário.

A identificação de um determinado grupo a partir da cultura material não é uma tarefa simples, seja com ou sem a fonte escrita. Para estes estudos, a identificação cultural tem que ser trabalhada em conjunto com as suas fronteiras étnicas, mas pouca atenção tem se dado também à questão da raça na arqueologia. Para Orser (2005) a raça como condição imposta a um grupo por outro vem sendo estudada desde a década de 1980, porém sua abordagem tem sido feita sempre de forma estática, para um fenômeno que é dinâmico<sup>3</sup>. Outro fator que compele com esta interpretação parcial dos pesquisadores é a realidade plural da cultura material, pois muitos dos marcadores identitários encontrados em sítios arqueológicos estão inseridos em uma totalidade que é também social, econômica e política. Com isso, vários estudos arqueológicos que visam localizar um marcador racial ou étnico na cultura material, também acabam esbarrando em outros marcadores identitários, como classe e status. Porém, o estudo da raça é importante como desmistificador de uma realidade cultural que é socialmente construída, por vetores de dominação e segregação. Desta forma, a relevância do estudo sobre a raça na arqueologia, pode vir a ser uma contribuição para outros campos do conhecimento e para a sociedade. Portanto, o estudo de etnicidade e raça na arqueologia histórica não é só uma manifestação para contrapor um discurso nacionalista e homogeneizador, mas sim tentar entender a identidade dentro da coletividade.

Por muito tempo na arqueologia acreditou-se que uma determinada cultura material era relegada somente a um grupo étnico. Entretanto, após o referencial trabalho de Barth (1969), em sua coleção de artigos sobre as fronteiras étnicas, a interpretação de que diferentes grupos sociais podem partilhar um mesmo registro arqueológico hoje é consenso. Desta forma, se as fronteiras étnicas são um aspecto relacional entre grupos e tem que ser constantemente mantidas, a melhor forma de perpetuar uma identidade ao longo do tempo e espaço é simbolicamente caracterizar a cultura material em práticas diárias, como por exemplo vestimenta, utensílios, moradia e outros. De toda a forma, o estudo da etnicidade na cultura material não pode se limitar ao seu fim propriamente dito, ou seja, sem levar em conta todo o processo produtivo e funcional do objeto, o qual em seu ciclo de vida pode receber diferentes significações a cada etapa de sua criação, uso, transformação ou descarte. Porém, primordialmente para a análise e interpretação de vestígios arqueológicos como marcadores identitários, uma discussão ainda permanece: seriam estes registros étnicos na cultura material uma consequência ou construção das escolhas feitas pelo próprio grupo? Em síntese são ambos, pois como elemento ativo da cultura, a materialidade também faz parte do reconhecimento e expressão da etnicidade. No registro arqueológico a prá-

---

3 Cabe esclarecer que o emprego do termo “raça” por Orser e outros autores citados se dá pela perspectiva da teoria social crítica da raça, não remetendo ao conceito biológico de raças humanas, atualmente superado. Ou seja, compreendem a raça como construção social relacionada a processos de dominação e segregação historicamente situados.

tica da etnicidade resulta em um conjunto de transições continuamente repetidas de realizações de diferença étnica em contextos particulares, e que só podem ser mais bem observadas com estudos de longo prazo.

Devemos ter em mente que trabalhar com marcadores identitários na Amazônia, é trabalhar com uma quase infinidade de informativos sobre a manutenção ou quebra de fronteiras étnicas, seja no tempo ou no espaço. Desta forma, a realidade que se apresenta no Engenho do Murutucu é também uma realidade multiétnica, onde diferentes grupos interagem e se relacionam conflitando, combinando ou criando diversas expressões socioculturais ao longo do tempo. Entretanto, não queremos ajudar a estabelecer uma regra de mestiçagem ou mesmo criolização para a interpretação dos vestígios arqueológicos, mas apontar para os casos particulares que podem levar a uma singularidade de expressões, tanto locais como regionais. Como exemplo disso, temos a discussão sobre a chamada cerâmica neo-brasileira (DEMINICIS, 2017), que se apresenta hoje como palco desta disputa; onde assim como pode representar um discurso hegemônico e totalizante, também pode ser utilizada para evidenciar uma pluralidade de manifestações locais e regionais.

Por outro lado, o deixarmos levar pelo potencial normativo de “afrofatos” (ALLEN, 2016) também tem que ser aventado, principalmente quando esta apropriação e produção de discursos partem de exemplos materiais para construções identitárias. Pois, esta fricção étnica pode resultar em marcadores materialmente registrados, mas que possuem somente uma parcialidade sem outras fontes informativas que corroborem na sua identificação como expressões arqueológicas de africanidade e africanismos. Contudo, pensar que o passado está somente cristalizado em documentos históricos oficiais, sejam eles escritos, iconográficos e em certa medida orais, é desconhecer a variabilidade presente entre diversas fontes, e até mesmo entre o próprio pesquisador e suas fontes. Neste caso, a Arqueologia, como uma ferramenta de investigação que permite desvelar vozes esquecidas, ignoradas ou silenciadas na construção da História, faz da cultura material, um elemento ativo em pesquisas sobre conjunturas e estruturas, que no caso do Engenho do Murutucu estão sedimentadas em uma sucessão de eventos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Como exemplo, os próprios vestígios arqueológicos exumados no sítio revelam tanto marcadores etno-social de grupos, como indícios de comportamentos individuais. Desta forma, os dados empíricos da pesquisa, mesmo que neste momento ainda são inicialmente interpretados, corroborem com a tese do sítio como palco para um estudo de longa duração sobre o tema. Em contrapartida a história documentada de pessoas subalternizadas é parcial, uma vez que tal construção é feita por e para quem os escravizava. O que leva a intencionalidade deste texto de apresentar alguns elementos da cultura material como marcadores étnicos, para além de uma possibilidade como uma plausibilidade. Portanto, no caso do Engenho do Murutucu, assim como em outros espaços na Amazônia, vários aspectos podem ser explorados como limiares de fronteiras, em perspectivas tanto sincrônicas, diacrônicas, ou até anacrônicas. Um destes termos delimitados contemporaneamente tem sido o “afroindígena” (PACHECO, 2012), que se manifesta não só materialmente, mas na forma de muitas expressões do indivíduo caboclo e amazônida. Desta

forma, mais do que estabelecer se as identidades indígenas, africanas ou “afroindígenas” estão em constante permanência ou transformação, também devemos nos ater às diversas fronteiras étnicas que os seus marcadores materiais podem ter ultrapassado, tanto nas senzalas quanto nos quilombos, no período colonial e pós.

A interpretação dos vestígios arqueológicos históricos do sítio foi conduzida através da comparação dos dados coletados em campo com os dados em laboratório. O resultado depois foi novamente confrontado com as informações documentais e com os dados das pesquisas anteriores, obtendo assim uma síntese da pesquisa e indicadores para novas investigações. Porém, perpassando este círculo hermenêutico, a questão que sempre fica para a arqueologia é, se uma determinada cultura material pode ou não ser a manifestação de identidade de certo grupo étnico. Diferente de outros estudos do comportamento humano, a arqueologia lida com os vestígios de ações e reações humanas ao longo do tempo e distribuídos no espaço, o que proporciona uma ampla visão de mudanças e continuidades em diversas sociedades. No caso do registro material da etnicidade, este se diferencia de outras fontes por conter atividades identitárias na sua produção, no entanto sem a população viva este registro sempre vai ser incompleto ou situacional. Assim, apesar das duras condições de cativo, a convivência forçada de indígenas e africanos dentro do espaço restrito das senzalas, ensejava contatos interétnicos que deixaram suas marcas na cultura material estudada pela arqueologia, e aqui estão provavelmente e possivelmente algumas delas:

### **A Cerâmica Indígena e Africana na Amazônia**

Um exemplo são as diferenças tecnológicas identificadas na cerâmica do sítio Engenho do Murutucu, que sugerem a presença de dois grupos cativos com tradições distintas. Enquanto uma parcela da amostra apresenta características típicas indígenas, como a manufatura roletada, outra já denota influência africana com a adoção do torno pós-colonial. A análise cerâmica do sítio revelou a presença de dois conjuntos distintos dentro da amostra estudada. Parte significativa dos fragmentos apresenta os atributos típicos das olarias indígenas da região, como a modelagem manual por roletamento e a decoração plástica por acanalados. Esse grupo relaciona-se às populações nativas cativas que já estavam nos engenhos amazônicos desde os primórdios da colonização. Contudo, outra parte expressiva da coleção cerâmica já denota nítida influência de tradições africanas e pós-coloniais. A adoção do torno rápido e o emprego de engobes como decoração remetem às técnicas que começaram a ser introduzidas com a chegada dos primeiros grupos de origem banto para o Brasil colonial. Essa distinção tecnológica entre indígenas e africanos escravizados é espacialmente demarcada na área da senzala, além de corresponder cronologicamente ao auge do sítio no século XVIII, quando se intensificou a importação de cativos africanos para a Amazônia. Portanto, a cerâmica sugere que no Engenho do Murutucu conviviam dois grupos com trajetórias e repertórios culturais distintos, mas forçados a compartilhar o espaço da senzala e estabelecer inter-relações. Desta forma, a arqueologia revela materialmente esse encontro interétnico antes imperceptível na região amazônica.

A cerâmica de uso diário que pode ser definida também como doméstica ou utilitária recolhida no local, foi estudada em separado como tema de uma dissertação de mestrado (MARTINS, 2015). Ao analisar mais de 3.000 fragmentos o pesquisador constatou a ocorrência de duas tendências na produção cerâmica: uma mantendo a tecnologia roletada, muito utilizada pelas populações indígenas, e outra apresentando o demarcador tecnológico da inserção do torno na sua confecção. Esta distinção ocorre de forma demarcada dentro do sítio, ou seja, sendo espacialmente identificada dentro da área da senzala; e estratigraficamente correspondendo ao período de maior deposição de material no sítio, ou seja, o ano de 1750. É claro que esta mudança tecnológica na cerâmica, por si só, não poderia induzir a existência de dois grupos escravizados distintos, ou de um mesmo grupo passando por dois momentos diferentes. Por outro lado, elementos como os tipos de antiplástico também corroboram com esta hipótese, uma vez que as áreas dentro do sítio se diferenciam quanto ao emprego/manutenção de antiplástico mineral, vegetal ou ambos. Da mesma forma, outro elemento diferenciador é o tipo de queima, que em determinado local e momento é encontrada em maior quantidade na forma oxidante, frente ao tipo redutor. Por fim, o último demarcador tecnológico de diferenciação entre estes artefatos cerâmicos é a decoração, onde em um grupo de vestígios é encontrada mais técnicas com pintura e tratamento plástico, frente ao outro onde somente ocorre o engobo.

Estudos mais aprofundados não foram realizados ainda para saber se a cerâmica encontrada é uma produção local/regional ou não, apesar de indícios no material construtivo sugerirem que pode ser de origem externa. Desta forma, o que é possível inferir no momento é que houve uma mudança no consumo cerâmico presente no sítio de acordo com diferentes técnicas empregadas ao longo do tempo. E esta mudança é tanto localizada na área presumida como sendo a senzala do sítio, quanto corresponde ao período de maior descarte no mesmo, confluindo historicamente com chegada de africanos escravizados na região. Uma possível explicação para este acontecimento é que a presença da cerâmica histórica no sítio tenha acontecido em dois momentos, um primeiro relacionado à maioria indígena, e que, portanto, um conjunto destes vestígios cerâmicos estudados corresponderia; e outro com a referida entrada de grupos africanos e uma mudança correspondente na tecnologia cerâmica. Porém, esta mudança tecnológica não quer dizer propriamente substituição, pois diversas técnicas conviveram no sítio, algumas com maior predominância em determinado momento temporal e delimitação local do que outras.

Outro elemento que necessita de uma melhor discussão é as peculiaridades da cerâmica histórica na Amazônia. Pois, esta apresenta em algumas regiões uma tendência que precisa de maior investigação, ou seja, uma distinção decorativa que poderia ser relacionada a determinados grupos de africanos, como acontece em outras regiões no Brasil e nas Américas. Sobre os padrões decorativos tomados como um indicador de etnicidade na cerâmica arqueológica histórica reporta-se ao trabalho de vários pesquisadores brasileiros que desde a década de 1990 observaram em suas coleções a possível correlação entre incisões e escafições (SOUZA; AGOSTINI, 2012). Como exemplo, podemos ilustrar este fenômeno através de um fragmento cerâmico de uma provável panela de barro encontrada na área da Casa Grande do sítio, e que possui três

traços verticais próximos à borda e intercalados em sequências pela peça. Por sua vez, traços similares são encontrados também como marcas de escarificações principalmente no rosto de certos grupos hoje na África saariana ocidental. No Brasil colonial estes traços vêm sendo associados com grupos escravizados chamados Minas ou Nagôs, e interpretados hoje como um provável símbolo de união, distinção ou manutenção étnica<sup>4</sup>.

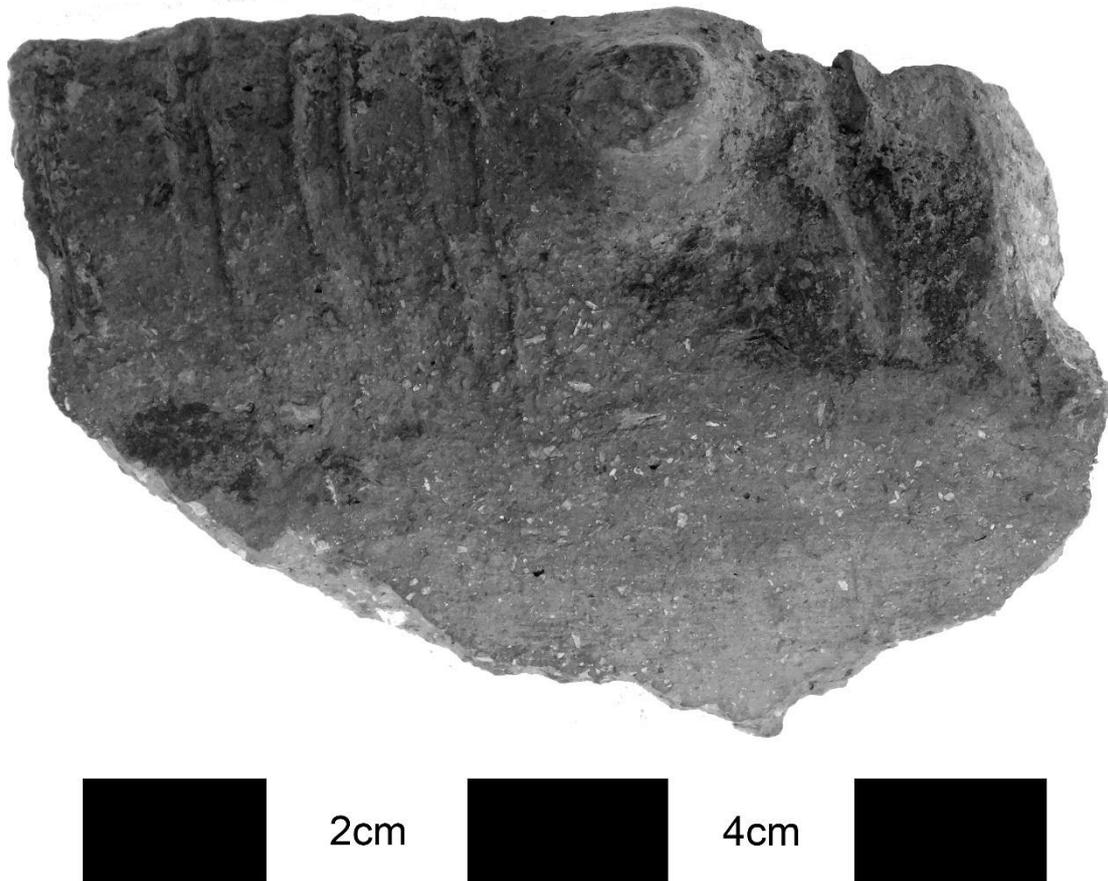


Figura 3 - Fragmento de cerâmica doméstica com incisões verticais

### Os Vidros Lascados em Senzalas Brasileiras

A análise dos objetos em vidro lascado revela o impressionante aproveitamento dessa matéria-prima pelos cativos, transformando um material inicialmente adverso em utensílios úteis para suas necessidades cotidianas. Os instrumentos em vidro lascado igualmente representariam o engenho individual em tomar um material imposto e transformá-lo conforme as próprias necessidades. A predominância de garrafas quebradas como base para produção dos instrumentos

4 Essa associação tem sido proposta por pesquisadores que estudam as influências das populações de origem iorubá na cultura material afro-brasileira. Eles correlacionam esses padrões gráficos em cerâmicas do período colonial com as marcas de cicatrizes rituais feitas por grupos como os iorubás, especificamente os nagôs, ketu e ijexá. Interpretam tais motivos cerâmicos como uma forma de expressão visual da identidade étnica desses povos. Portanto, trata-se de uma hipótese interpretativa derivada do trabalho de pesquisadores dedicados ao estudo das populações de origem africana no Brasil, especialmente na área de arqueologia e antropologia (Symanski, 2012; Joseph, 2016).

demonstra como os escravizados faziam uso criativo dos descartes e fragmentos disponíveis no ambiente da senzala. Por meio da percussão controlada, transformavam esse vidro em pontas, lascas e lâminas, habilmente trabalhadas para servirem como ferramentas de corte, raspagem e perfuração. Essa engenhosidade individual para contornar as limitações e carências do cativeiro representa uma forma de resistência. Ao reinventar o vidro das garrafas que foram trazidas da Europa, os cativos garantiam maior autonomia em atividades corriqueiras como o preparo de alimentos, corte de cabelo e fabricação de outros objetos. Portanto, o estudo desses instrumentos improvisados permite vislumbrar as táticas de sobrevivência cotidiana e a agência dos povos subalternizados mesmo sob as imposições do sistema escravagista. A arqueologia revela essas histórias anônimas de adaptação e resistência por meio da cultura material.

Outro trabalho de mestrado que também versou sobre o tema da escravidão foi uma dissertação sobre lascamento em vidros (DOS SANTOS JÚNIOR, 2017). Em seu trabalho sobre outra cultura material diretamente associada à presença de grupos escravizados e em diversos contextos mundiais, os artefatos em vidro lascado encontrados na área de senzala do sítio, também apresentaram características bem particulares. Com o estudo minucioso de trinta artefatos produzidos a partir de fragmentos de vidro, foram feitas análises tecnofuncionais e experimentações para comprovar a sua procedência antrópica. Estas ações humanas foram identificadas tanto na seleção dos tipos e das partes das garrafas a serem lascadas, quanto nas técnicas empregadas na sua confecção e nas marcas deixadas pela sua utilização. Como resultado foi constatado que a maioria dos instrumentos confeccionados poderiam servir para mais de uma função, o que explica tanto um domínio técnico muito apurado na sua produção, como um aproveitamento máximo da matéria-prima.

Desta forma, a relação do contexto em que os achados foram feitos, ou seja, a área da senzala do engenho, e a documentação histórica que marca a presença de grupos escravizados no sítio é uma constante. Para isso, quando feita uma comparação sistemática entre os artefatos arqueológicos recuperados nas escavações e uma coleção experimental feita pelo pesquisador, foi possível constatar em análises macro e microscopias as marcas de fabricação e utilização como: pontos de impacto, desgastes na borda, estrias e polimentos nas ferramentas em vidro. Portanto, inferir que tais produtos da ação humana sejam confeccionados em situação de vivências na senzala é também plausível, assim como atribuir estes artefatos aos indivíduos subalternizados no período histórico. No caso do Engenho do Murutucu, os instrumentos produzidos em vidro também poderiam até ter outras funcionalidades do que somente a de raspar e cortar, pois o caráter simbólico do vidro é igualmente uma característica de seleção e utilização possível.



Figura 4 e 5 - Fragmentos de vidro lascados

## As Pederneiras e os Cachimbos do Engenho

Outras duas categorias de materiais também provenientes da área da senzala do sítio foram objeto de análise de mais duas dissertações. Uma não concluída versando sobre as pederneiras encontradas no sítio e que classifica esta categoria material em dois tipos, um utilizado para o disparo de armas de fogo e outro como ignição para acendimento de fogueiras. Porém, o que é mais particular a estes dois tipos de uso para as pederneiras achadas no contexto da senzala do sítio, são as marcas de reutilização dos segundos tipos no primeiro. Ou seja, mesmo que os grupos escravizados tivessem algum acesso às armas de fogo, seja para caça ou defesa do sítio, a reutilização das pederneiras como isqueiros no interior das senzalas é sua função mais certa. Pois, vários relatos de viajantes fazem também alusão à presença de fogos e fogueiras no interior e na frente das senzalas, seja para iluminação, preparação de alimentos, socialização ou até mesmo usando a fumaça como estratégia de invisibilidade do seu interior<sup>5</sup>.

Os vestígios arqueológicos e alguns relatos históricos indicam que uma das formas de resistência e busca de autonomia desenvolvidas tanto por indígenas quanto por africanos cativos foi o uso de fogueiras e da fumaça dentro e ao redor das senzalas. A presença de pederneiras reutilizadas e de grande quantidade de cachimbos entre os artefatos escavados, assim como a fogueira estruturada encontrada no exterior da senzala; denota que práticas como o controle do fogo e a queima de ervas ou tabaco era corriqueira entre os cativos. Manter fogueiras acesas dificultava a visibilidade externa do que ocorria no interior da senzala, gerando um isolamento e uma intimidade preservada do olhar do senhor e feitor.

Além disso, a fumaça tinha um papel de purificação e afastamento de energias negativas para diversos povos indígenas e africanos. Portanto, ela poderia ser estrategicamente utilizada pelos cativos como uma forma de proteção espiritual e reforço de identidade étnica. O fogo também servia para preparo de alimentos, outro importante aspecto da autonomia limitada que conseguiam conquistar. Dessa forma, na ausência de condições para fugas ou rebeliões abertas, os escravizados transformavam elementos corriqueiros e disponíveis como o fogo e a fumaça em símbolos de resistência cultural e insubordinação sutil ao sistema opressor. A pesquisa arqueológica consegue identificar e elucidar essas táticas cotidianas de oposição e sobrevivência desenvolvidas dentro do cativeiro nas senzalas.

Todavia, provavelmente o maior emprego das pederneiras seria como isqueiros para o acendimento de cachimbos. Vários destes fragmentos foram encontrados no sítio, e arqueologicamente os vestígios de cachimbo cerâmicos são associados com a presença histórica de grupos indígenas e africanos escravizados. Uma análise arqueobotânica do conteúdo proveniente do interior dos cachimbos foi realizada, no entanto, os resultados alcançados revelaram mais informações sobre os dados ambientais da região. Por outro lado, uma dissertação sobre os traços

---

5 Por exemplo, no artigo de Gomes e Symanski, fogueiras oitocentistas de contextos arqueológicos e referentes a populações afro-diasporicas em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso; são caracterizadas conforme símbolos de memórias, elementos da cultura afro-diasporica e espaços de resistência e afirmação (Gomes & Symanski, 2022).

tecnológicos de produção desta coleção (DE ARAÚJO COSTA, 2018), apresentou uma distinção entre algumas peças em específico, e que podemos explorar mais em detalhe.

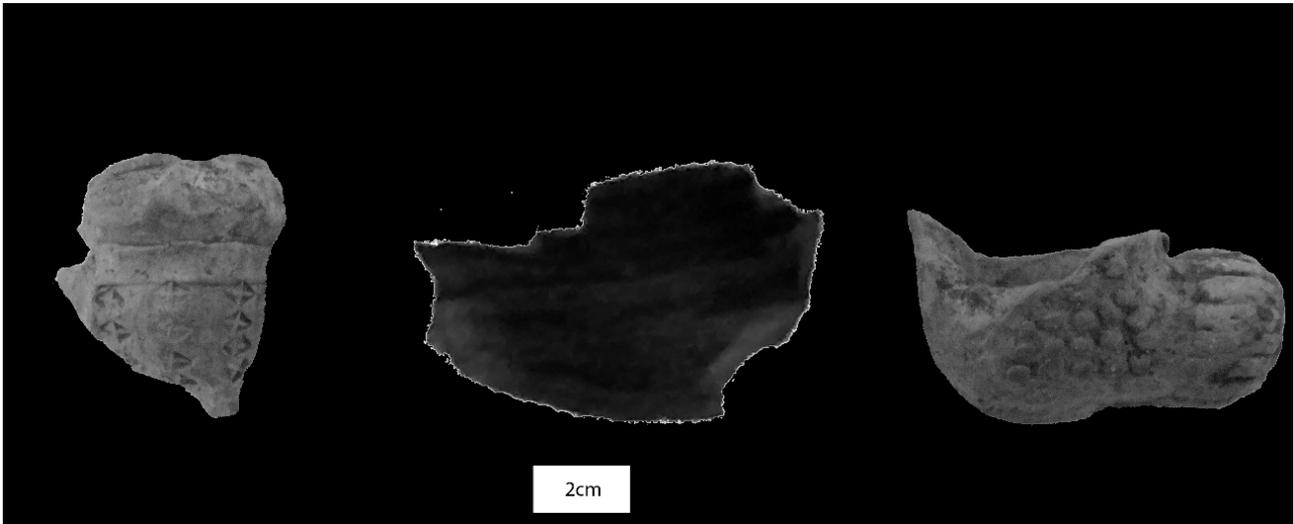


Figura 6 - Fragmentos de cachimbo cerâmico

Por exemplo, na esquerda do conjunto a peça apresenta decoração recorrente de uma cruz encerrada em um círculo e que pode ser interpretada como um símbolo africano. Este símbolo é chamado de Cosmograma Bacongo (FENNEL, 2003) e possui uma presença histórica no centro-oeste africano, junto às populações do Congo e Angola. O cosmograma refere-se a uma cosmovisão de mundo dividido em quatro partes, e uma sequência de movimentos entre nascimento e morte, masculino e feminino, corpo e espírito. Na direita do conjunto, o outro fragmento de cachimbo apresenta uma decoração em forma de pontos similar a certos tipos de escarificações também presentes em populações africanas, como os Nuer. Por fim, no centro do conjunto temos um cachimbo que possui uma forma totalmente inusitada, que se assemelha a um barco, e podendo ser até mesmo a representação de um navio negreiro (Costa, 2023 no prelo). Além da cerâmica, a ocorrência de cachimbos e outros artefatos com decorações simbólicas específicas também indica o compartilhamento de referências culturais e étnicas entre os cativos. É o caso dos cachimbos com motivos atribuídos a grupos do Congo e Angola, como o cosmograma bacongo, que teriam sido introduzidos pelos africanos.

O cosmograma bacongo consiste em um símbolo visual importante em sociedades do grupo étnico bacongo, localizado na região do antigo Reino do Congo, atual República Democrática do Congo e Angola. Ele representa uma cosmovisão baseada na divisão do mundo em quatro momentos ou espaços inter-relacionados: nascer, viver, morrer e o mundo espiritual. Cada parte possui cores, orientações, elementos naturais e valores morais específicos. Este símbolo era traçado no chão em rituais de passagem, pintado em tecidos e objetos rituais, e incorporado à arte e decoração baconga. Com a diáspora do tráfico de escravizados, seus traços foram transportados para as Américas.

No Brasil, o cosmograma aparece em alguns artefatos do período colonial, como cachim-

bos, cerâmicas e cestarias produzidos por populações de origem bacongá. Ele representava uma forma de preservar códigos civilizatórios e visões de mundo próprias, dentro da situação de opressão. Sua presença nos vestígios arqueológicos do Engenho Murutucu sinaliza a introdução de cosmologias bantós pelos africanos cativos, demonstrando processos de reelaboração identitária por meio da cultura material nas senzalas amazônicas. O estudo desses símbolos contribui para entender as experiências e resistências dos grupos subalternizados.

## **IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS ÉTNICAS NA FRONTEIRA AFROLATINOAMERICANA**

A convivência interétnica no contexto da escravidão inevitavelmente gerava transformações, adaptações e reelaborações nas identidades originais dos povos cativos. Ao mesmo tempo, eles buscavam preservar seus referenciais culturais como forma de resistência. Do ponto de vista linguístico, também era comum a incorporação de termos africanos e indígenas no vocabulário utilizado nas senzalas, denotando trocas verbais no convívio cotidiano. Da mesma forma, é provável que ritmos, danças, crenças e práticas espirituais tenham sido compartilhadas nesses espaços. Essas influências mútuas não anulavam as identidades étnicas, mas certamente as transformavam dentro da realidade da escravidão. Ao mesmo tempo, indígenas e africanos também desenvolveram estratégias coletivas de resistência, utilizando elementos de suas culturas originais ou reinventadas na diáspora. Portanto, as senzalas na Amazônia colonial abrigavam uma rica e complexa rede de intercâmbios culturais entre povos subjugados, que pode ser elucidada pela arqueologia e por registros históricos, revelando interações nem sempre percebidas na narrativa tradicional.

As senzalas amazônicas não podem ser reduzidas a um espaço de segregação e isolamento entre povos distintos. Na verdade, abrigavam uma intensa e multifacetada rede de intercâmbios culturais entre indígenas e africanos na situação de cativo. A arqueologia vem revelando essas interinfluências e compartilhamentos nem sempre perceptíveis nos registros históricos tradicionais. Por meio dos vestígios materiais, vislumbramos trocas linguísticas, simbólicas, alimentares, tecnológicas, espirituais. As fronteiras étnicas não impediam esse rico processo de mescla e reinvenção cultural. Para além da opressão inquestionável, a vida na senzala envolveu complexas negociações de sentidos de grupo, expressas na preservação de traços originais e na criação de novas referências híbridas. Essas interações cotidianas foram essenciais para a sobrevivência física e cultural dos cativos. Portanto, é fundamental conceber as senzalas amazônicas não apenas como loci de segregação, mas como espaços que abrigaram uma surpreendente diversidade de contatos interétnicos. Desvendar essas experiências a partir de múltiplas fontes é crucial para uma compreensão mais próxima da realidade vivida pelos povos subalternizados.

É possível que, na ausência de referências originais, tenham se formado novas identidades híbridas e coletivas entre os cativos, como mecanismo de sobrevivência psíquica e cultural. Nesse sentido, a noção contemporânea de “afroindígena” poderia designar esse processo de mescla experienciado dentro do cativo nas senzalas. O termo afroindígena tem sido utilizado

contemporaneamente para designar os processos históricos de intensa aproximação e mescla entre matrizes culturais africanas e indígenas na formação do Brasil. No contexto específico das senzalas amazônicas, essa noção pode ser bastante adequada. A convivência forçada entre indígenas e africanos certamente gerou influências mútuas e compartilhamentos que são difíceis de precisar, dada a escassez de registros diretos. No entanto, é plausível supor que diante da violência da escravidão, esses povos subalternizados tenham construído pontes interétnicas e novas identidades híbridas como mecanismo de sobrevivência física e cultural.

Ou seja, na ausência de seus referenciais tradicionais, provavelmente formaram-se nas senzalas amazônicas identidades afroindígenas sincréticas, que mesclavam traços das diferentes matrizes para garantir coesão social e enfrentar a desumanidade do cativo. A arqueologia pode ajudar a elucidar os vestígios materiais desse processo histórico de construção identitária. Portanto, o conceito contemporâneo de afroindígena parece bastante pertinente para designar as dinâmicas interétnicas que ocorreram no interior das senzalas durante o período colonial na Amazônia. A cultura material sugere esse rico processo de mescla e intercâmbio em condições adversas.

Portanto, apesar das imposições e violências do sistema escravagista, indígenas e africanos encontraram maneiras de reelaborar e preservar suas identidades étnicas por meio da cultura material, assim como criar formas de coesão social, essenciais para dar sentido e viabilizar a resistência naquelas circunstâncias desumanas. A despeito das violências e privações impostas pelo jugo da escravidão, os povos indígenas e africanos cativos encontraram modos de afirmar e reinventar suas identidades étnicas específicas através da cultura material dentro das senzalas. Os vestígios arqueológicos revelam o esforço em preservar técnicas e símbolos tradicionais como forma de resistência. Ao mesmo tempo, a necessidade de coesão para sobreviver levava à criação de novas referências híbridas, amalgamando traços de diversas matrizes numa identidade afroindígena sincrética.

Essas identidades étnicas ressignificadas e as novas identidades coletivas forjadas na adversidade foram essenciais para que os cativos enfrentassem as agruras do cativo e se reconhecessem como grupo oprimido, mas agente. A cultura material foi o meio tanto de manutenção de vínculos com o passado quanto de adaptação criativa à situação limite do presente escravocrata. Portanto, mesmo sob condições desumanas, a agência desses povos oprimidos conseguiu transformar a senzala num espaço ao mesmo tempo de preservação e reinvenção identitária, viabilizando formas sutis, mas profundas de resistência cotidiana, individual e coletiva, à violência do regime vigente. Essas histórias de luta e perseverança seguem vivas nos vestígios materiais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenômeno da convivência interétnica nas senzalas ainda precisa ser muito mais investigado para elucidar as sutilezas e complexidades das relações estabelecidas entre indígenas e africanos nesses contextos de aprisionamento e exploração. No entanto, este trabalho buscou lançar algumas luzes iniciais sobre como esses contatos podem ser percebidos no registro arqueológico.

co de sítios coloniais amazônicos. A diversidade de soluções técnicas na produção cerâmica, o compartilhamento de símbolos em artefatos específicos e as possíveis estratégias de resistência sugerem a ocorrência de trocas culturais que ainda desafiam o conhecimento convencional. Além das cerâmicas com diferentes tradições técnicas, outros artefatos recuperados nas escavações também evidenciam a presença e o encontro de universos culturais distintos na senzala.

Os cachimbos decorados constituem um exemplo disso. Alguns apresentam motivos atribuídos a povos bantos da África Central, como o cosmograma bacongo - um símbolo cosmogônico importante para congoleses e angolanos. Sua ocorrência deve-se claramente à introdução por africanos cativos, que mantiveram essas referências de seus locais de origem. Novamente denotando como esses códigos visuais atravessaram o Atlântico e foram compartilhados na realidade das senzalas. Portanto, a decoração singular presente em certos artefatos do sítio arqueológico do Engenho do Murutucu permite vislumbrar o compartilhamento de imagens, ideias e visões de mundo entre os diferentes povos cativos. A convivência interétnica na senzala ensejou um intercâmbio de referências culturais que pode ser materialmente apreendido pela arqueologia.

É importante ressaltar que essas interinfluências não apagavam as identidades étnicas originais, mas certamente as transformavam e adaptavam à nova realidade escravista. Provavelmente coexistiam referenciais mantidos como forma de resistência e outros reinventados como mecanismo de sobrevivência física e cultural. As interações e trocas culturais nas senzalas entre indígenas e africanos geravam adaptações, porém não anulavam por completo suas identidades étnicas originais. Evidências sugerem que conviviam referenciais tradicionais mantidos como resistência e marcadores renovados como estratégia de sobrevivência. Por exemplo, as técnicas cerâmicas indígenas e africanas preservadas parecem ter sido formas de perpetuar vínculos com o passado pré-colonial. Já as possíveis manifestações sincréticas, como os cachimbos decorados com símbolos de diversas matrizes, apontam para criações híbridas nascidas da necessidade de coesão social.

Ou seja, diante da escravidão, esses povos reinventavam suas identidades, mesclando elementos antigos e novos, étnicos e interétnicos. Mantinham traços originais como reflexo de resistência, mas também desenvolviam novos sentidos de pertencimento amplos o suficiente para unir a todos na luta pela sobrevivência. A cultura material revela essa complexa dinâmica identitária nas senzalas, entre a preservação de marcadores tradicionais e a construção de novas referências híbridas, frutos do intercâmbio interétnico em condições adversas. A arqueologia permite acessar essas sutis negociações de sentido de grupo para enfrentar a dominação escravista. A articulação entre a cultura material estudada pela arqueologia e as evidências históricas é o caminho mais profícuo para avançar na compreensão desse passado. Apenas a complementaridade de diversas fontes permite reconstituir de forma mais rica e próxima da realidade vivida as experiências dos povos subalternizados.

Para uma compreensão ampla e próxima da experiência dos povos subalternizados durante a escravidão na Amazônia colonial, é fundamental articular as evidências provenientes da cultura material aos registros históricos disponíveis. Cada tipo de fonte apresenta potencialida-

des e limitações. A documentação histórica tradicionalmente privilegiou as vozes e visões dos grupos dominantes. Já a arqueologia revela práticas e vivências frequentemente opacas nesses documentos oficiais. A crítica e o cruzamento interdisciplinar de múltiplas fontes permitem uma aproximação mais rica e complexa da realidade. Por exemplo, os indícios arqueológicos de resistência cotidiana nas senzalas complementam e complexificam a narrativa histórica sobre os modos de vida dos escravizados.

Da mesma forma, os registros históricos sobre as estratégias jesuíticas e carmelitas de introdução de africanos nesta região podem corroborar os achados que sugerem a presença de duas matrizes étnicas distintas nos sítios. Cada abordagem fornece dados que, combinados, viabilizam reconstituições mais próximas do passado. Portanto, é no cruzamento dos sinais materiais das práticas individuais e coletivas com as tendências e eventos registrados nos documentos, que poderemos continuar avançando na compreensão da trajetória dos povos subjugados na Amazônia colonial e da formação social da própria região. Espera-se que este artigo estimule novas pesquisas interdisciplinares sobre um tema pouco explorado e de grande relevância para a história da formação sociocultural da própria Amazônia. Trata-se de resgatar vozes e dinâmicas frequentemente esquecidas quando se discute o período colonial brasileiro e a memória dos grupos que o viveram.

Este artigo buscou lançar um olhar inicial sobre uma temática ainda muito inexplorada, mas fundamental para a compreensão da história e da formação sociocultural da Amazônia: a convivência interétnica nas senzalas durante o período colonial. Espera-se que esse debate estimule o desenvolvimento de mais pesquisas interdisciplinares, reunindo aportes da arqueologia, da história, da antropologia e demais ciências humanas e sociais. Trata-se de um campo profícuo para avançar uma visão mais complexa desse passado, resgatando experiências coletivas e individuais frequentemente esquecidas. São ainda incipientes os estudos sobre os modos de vida, estratégias de sobrevivência e formas de resistência cotidiana desenvolvidas pelos povos indígenas e africanos submetidos ao jugo da escravidão nos engenhos e fazendas da região. Há um rico potencial de investigação a ser desbravado. Estimular essas pesquisas contribuirá para reconstituir a memória e a trajetória daqueles que realmente construíram a Amazônia colonial com seu trabalho e suas culturas. Será uma forma de superar visões homogeneizadoras, valorizando a diversidade étnica e as interações que marcaram esse período formativo para a sociedade cabocla e ribeirinha atual.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço o financiamento público recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o apoio institucional da Universidade Federal do Pará – UFPA, a participação ativa do Grupo de Pesquisa em Arqueologia Histórica Amazônica – GAHIA, e aos avaliadores da revista pelas recomendações recebidas.

**REFERENCIAS**

- ALLEN, S. Afrofatos (Afrofacts). *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 10, p. 93–105, 1 jan. 2016.
- BARTH, F. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. [s.l.] Little, Brown, 1969.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 2ª edição ed. [s.l.] Edições 70, 2011.
- COSTA, D. M. *The Golden Pipe: An Archaeology of Historical Ceramic Cachimbos in the Brazilian Amazon*. Em: Sarah Hissa (Ed.) *Archaeologies of Smoking, Pipes and Transatlantic Connections*, Springer, 2023 (no prelo).
- DE ARAÚJO COSTA, L. D. *Arqueologia e etnicidade: o estudo de cachimbos de barro na Amazônia Colonial (séc. XVIII e XIX)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia—Belém: UFPA, 2018.
- DEMNICIS, R. B. *A Escrita da História do Brasil através dos vasilhames cerâmicos das populações subalternas: O papel atual da Arqueologia*. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 73–88, 3 jul. 2017.
- DOS SANTOS JÚNIOR, E. *Objetos sobre vidro lascado em contexto de Senzala na Amazônia Oriental Brasileira: uma proposta metodológica de macro e microanálise*. Dissertação de Mestrado—Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.
- FENNELL, C. C. *Group Identity, Individual Creativity, and Symbolic Generation in a BaKongo Diaspora*. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 7, n. 1, p. 1–31, 2003.
- GOMES, L. E; SYMANSKI, L. *Fogueiras Afro-Diaspóricas no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil: Cotidiano, Ancestralidade e Ritual*. *Vestgios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, V. 16, N. 01, p.121-149, 2022.
- JONES, S. *Categorias Históricas e a Práxis da Identidade: A interpretação da etnicidade na Arqueologia Histórica*. Em: P. P. FUNARI; C. E. ORSER; S. N. O. SCHIAVETTO (Eds.). *Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JOSEPH, J. W. *Marcas do passado, sinais do futuro: o dikenga da arqueologia histórica*. *Historical Archaeology*, v. 50, n. 1, p. 5-23, 2016.
- LUCY, S. *Ethnic and cultural identities*. Em: *Archaeology of Identity*. [s.l.] Routledge, 2005.
- MARTINS, I. F. DE O. *Arqueologia e Etnicidade na Amazônia Oriental: O caso do engenho Murutucu em Belém do Pará*. Dissertação de Mestrado—Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.
- MCGUIRE, R. H. *The study of ethnicity in historical archaeology*. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 159–178, 1 jun. 1982.
- ORSER, C. E. *O desafio da raça para a Arqueologia Histórica*. Em: P. P. FUNARI; C. E. ORSER; S. N. O. SCHIAVETTO (Eds.). *Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005.
- PACHECO, A. S. *COSMOLOGIAS AFROINDÍGENAS NA AMAZÔNIA MARAJOARA*. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 44, 2012.
- SOUZA, M.; AGOSTINI, C. *Body Marks, Pots, and Pipes: Some Correlations between African Scari-fications and Pottery Decoration in Eighteenth-and Nineteenth-Century Brazil*. *Historical*

archaeology, v. 46, 1 set. 2012.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. The Place of Strategy and the Spaces of Tactics: Structures, Artifacts, and Power Relations on Sugar Plantations of West Brazil. *Historical Archaeology*, 46(3):124-148, 2012.